

AÇÕES INSTITUCIONAIS PARA REDUÇÃO DA EVASÃO NA UTFPR: ENTRE O PACTUADO NO REUNI E O CONCRETIZADO

**INSTITUTIONAL ACTIONS TO REDUCE UTFPR'S DROPOUT
RATE: BETWEEN WHAT WAS AGREED UPON AT REUNI AND
WHAT HAS BEEN ACHIEVED**

**ACCIONES INSTITUCIONALES PARA REDUCIR EL
ABANDONO DE LA UTFPR: ENTRE LO QUE SE ACORDÓ EN
LA REUNI Y LO QUE SE HA CONSEGUIDO**

Cidmar Ortiz dos Santos¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1727-3676>

Roberto Bondarik²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4040-4600>

Luiz Alberto Pilatti³

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2679-9191>

Resumo: O presente estudo tem como objetivo avaliar a eficácia das medidas voltadas para a redução da evasão nos cursos superiores ofertados na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), durante e depois da implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), para o alcance dos resultados pactuados. Trata-se de uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa do problema. O procedimento técnico adotado foi o da pesquisa sintética de caso único com um nível de análise. O corpus de pesquisa foi composto por documentos, questionário e entrevistas. A análise das entrevistas ocorreu com análise de discurso e do questionário com estatística descritiva. Constatou-se que ações, mesmo aquém do pactuado, continuam sendo adotadas para a redução da evasão, mas as taxas permaneceram distantes do pactuado. Conclui-se que apenas com condições efetivas para a permanência dos estudantes ocorrerá uma diminuição significativa da evasão.

1 Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Medianeira – PR, Brasil. . E-mail: cidmar@utfpr.edu.br.

2 Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Cornélio Procópio – PR, Brasil. E-mail: bondarik@utfpr.edu.br.

3 Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Ponta Grossa – PR, Brasil. E-mail: lapilatti@utfpr.edu.br.

Palavras-chave: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); evasão; Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Abstract: This study aims to evaluate the effectiveness of the measures aimed at reducing dropout rates in the higher education courses offered at the Federal Technological University of Paraná, during and after the implementation of the Support Program for Restructuring and Expansion Plans of Federal Universities, to achieve the agreed results. This is field research with a qualitative approach to the problem. The technical procedure adopted was the synthetic research of a single case with a level of analysis. The research corpus was composed of documents, questionnaire, and interviews. The interviews were analyzed using discourse analysis and the questionnaire with descriptive statistics. It was found that actions, even if they were below what was agreed upon, continue to be taken to reduce the dropout rate, but the rates remain far from what was agreed upon. It is concluded that only with effective conditions for the permanence of students will there be a significant reduction in dropout.

Keywords: Support Program for Restructuring and Expansion Plans of Federal Universities (Reuni); dropout; Federal University of Technology of Paraná.

Resumen: Este estudio tiene como objetivo evaluar la eficacia de las medidas destinadas a reducir la evasión en los cursos de educación superior ofrecidos en la UTFPR, durante y después de la implementación del Reuni, para alcanzar los resultados acordados. Se trata de una investigación de campo con un enfoque cualitativo del problema. El procedimiento técnico adoptado fue la investigación sintética de caso único con un nivel de análisis. El corpus de la investigación estaba compuesto por documentos, cuestionarios y entrevistas. El análisis de las entrevistas se hizo con el análisis del discurso y el del cuestionario con la estadística descriptiva. Se verificó que se siguen adoptando acciones, aunque estén por debajo de lo acordado, para la reducción del abandono, pero las tasas siguen estando lejos de lo acordado. Se concluye que sólo con condiciones efectivas para la permanencia de los alumnos se producirá una reducción significativa del abandono escolar.

Palabras Clave: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); evasão; Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

INTRODUÇÃO

O octênio do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), assentado no modelo neoliberal, intensificou o processo de privatização do ensino superior (CUNHA, 2003; SEGENREICH; CASTANHEIRA, 2009). Os limites entre o público e o privado foram deslocados com a diminuição da responsabilidade do Estado com a universidade (CUNHA, 2003; SALES *et al.*, 2019).

Os investimentos reduzidos com a compressão dos salários e dos orçamentos e a não reposição dos quadros de servidores (CUNHA, 2003) e a hegemonia no Congresso obtida pela coalização de centro-direita, habilmente articulada por FHC, garantiram a imposição da diretriz mestra de que os recursos existentes eram suficientes, sendo necessária apenas otimizar a sua utilização (PINTO, 2002). No período, as universidades federais brasileiras viveram dias muito difíceis.

Em 2003, a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) (2003) encaminhou ao então Presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), a proposta de expansão e de modernização do sistema públi-

co federal de ensino superior. A proposta trazia metas ousadas para a educação superior, entre elas: duplicar o número de alunos na graduação e na pós-graduação; ocupar a totalidade das vagas ofertadas; combater a evasão e a retenção; elevar o índice de diplomação; formar professores em áreas deficitárias; ofertar vagas no período noturno; titular professores das redes municipais e estaduais sem graduação; combater o analfabetismo; dobrar o número de trabalhos científicos publicados; dobrar as atividades de extensão em áreas de grande pertinência social; quadruplicar o número de patentes licenciadas; diminuir a assimetria na oferta de vagas entre os entes federativos; e, desenvolver trabalho em rede.

Para a criação de uma universidade nova, com a transformação geral da arquitetura acadêmica das universidades públicas brasileiras, compatível tanto com o modelo norte-americano (de origem flexneriana) como com o modelo unificado europeu (Tratado de Bolonha), o Governo Lula propôs a reforma da educação superior (BORGES; AQUINO, 2012; CARVALHO, 2014). O objetivo da reforma era a consolidação do Brasil na liderança do Hemisfério Sul com a produção do conhecimento.

A universidade nova ganhou materialidade com o Decreto nº 6.096 (Brasil, 2007), que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). O objetivo do Reuni foi o de “[...] criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (Brasil, 2007, p. 7).

Em linha gerais, as propostas apresentadas pela Andifes em 2003 foram trazidas para o Reuni como diretrizes: redução das taxas de evasão; ocupação de vagas ociosas; aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; ampliação da mobilidade estudantil; revisão da estrutura acadêmica; diversificação das modalidades de graduação; ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil; e, articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (Brasil, 2007).

Para adesão ao Reuni foram realizadas duas chamadas em 2007. Das 54 universidades federais existentes ao final de 2007, 53 fizeram a adesão (ANDRIOLA; SULIANO, 2015). Os processos de adesão não foram pacíficos. Ocorreram várias manifestações e ocupações de universidades por parte de movimentos estudantis e de servidores das universidades contrários ao Reuni. Entendia-se que o Reuni era uma espécie de continuidade do desmonte do aparato científico-tecnológico, iniciado por FHC com o empresariamento da educação superior, para a implementação do projeto neoliberal de educação superior desenhado pelos organismos internacionais do capital para a América Latina (BORGES; AQUINO, 2012; GREGÓRIO, 2012; LÉDA; MANCEBO, 2009).

Os pontos mais polêmicos da proposta foram os dois indicadores de desempenho para aferição das metas do programa, a taxa de conclusão média de 90% nos cursos de graduação presenciais e a relação de 18 alunos de graduação em cursos presenciais por professor (BORGES; AQUINO, 2012; GREGÓRIO, 2012; LÉDA; MANCEBO, 2009).

A evasão estudantil, objeto do presente estudo, apresenta-se como um fenômeno que interfere e se manifesta em todos os níveis de ensino no Brasil e no mundo e afeta os indivíduos, as organizações e a sociedade. A busca de alternativas para redução dos índices de evasão estudantil que vem ocupando a décadas a agenda governamental – sendo um dos objetivos do Reuni para a educação superior pública federal – é, ainda, um problema não equacionado.

Depois de mais de uma década de findada a implantação do Reuni, que ocorreu em 2012, o presente estudo tem como objetivo compreender a eficácia das medidas voltadas para a redução da evasão nos cursos superiores ofertados na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), durante e depois da implantação do Reuni, para o alcance dos resultados pactuados.

É importante destacar a relevância do caso escolhido. Na implantação do Programa, a UTFPR foi citada pelo Ministério da Educação (MEC) em vários momentos como um *case* de sucesso. A proposta da UTFPR, umas das maiores apresentadas, com a previsão da ampliação de mais de 8 mil vagas, na execução, chegou muito próximo dos 100% do que foi pactuado e aditivado.

METODOLOGIA

O presente estudo, desenvolvido com pesquisa de campo, apresenta natureza básica e abordagem do problema predominantemente qualitativa. Usando os parâmetros propostos por Contandriopoulos *et al.* (1999), o estudo caracteriza-se como uma pesquisa sintética de caso único com um nível de análise (holístico).

Para o problema de pesquisa estabelecido, “as medidas voltadas para a redução da evasão nos cursos superiores ofertados na UTFPR, durante e depois da implantação do Reuni, para o alcance dos resultados pactuados, foram eficazes?”, foi adotada como hipótese: as medidas adotadas de combate à evasão na UTFPR não produziram a taxa de sucesso de 90% estabelecida na pactuação do Reuni. Na hipótese tem-se como variável independente as ações voltadas para redução da evasão; e, como variável dependente, as taxas de evasão.

A pesquisa apresenta como tema a evasão durante e pós-Reuni e como delimitação temporal o período compreendido entre 2007 e 2018. O corpus de pesquisa foi composto por documentos que tratam do objeto em exame na UTFPR, questionário e entrevistas.

As entrevistas, realizadas com roteiro semiestruturado, e a aplicação do questionário, contendo perguntas que apresentavam respostas do tipo Likert de 5 pontos relacionadas às ações pactuadas na adesão ao Reuni, foram realizadas com gestores da UTFPR. Foram entrevistados nove gestores. O maior cargo exercido por três destes gestores foi o de reitor, quatro entrevistados exerceram o cargo de Pró-Reitor e dois o cargo de diretor geral de campus. O questionário foi respondido pelo entrevistado responsável pela imple-

mentação das medidas relacionadas com a evasão. Os entrevistados foram codificados com a letra *E* e numerados de 1 até 9 para garantir o sigilo. As entrevistas foram realizadas nos meses de março e junho de 2021.

O procedimento empregado na análise de dados levantados com as entrevistas foi o da análise de conteúdo que, dentro do campo lógico-semântico, observou as etapas preconizadas por Bardin (1977). De acordo com o modelo, foram percorridas as seguintes etapas: recorte dos discursos e documentos em unidades de registro (palavras, frases, parágrafos) agrupando-os tematicamente em categorias iniciais e finais. Na análise dos dados obtidos com o questionário foi utilizada a estatística descritiva.

Os preceitos éticos e a legislação que rege a pesquisa com seres humanos foram observados na realização do estudo. Os entrevistados assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A VOZ DOS GESTORES NO REUNI DA UTFPR

Com o aumento significativo da oferta de vagas nas universidades federais depois do Reuni, o número de alunos evadidos aumentou (E1; E2; E3; E5; E6). Nestas instituições, o desafio tornou-se ainda maior com a meta de sucesso de 90% dos ingressantes estabelecida pelo Reuni.

O E5 argumenta não conhecer “nenhuma universidade que, na contagem geral, conseguiu passar dos 70% de concluintes”. E acrescenta: “Afirmo isso porque, durante muito tempo, trabalhei avaliando os indicadores das universidades dentro do MEC”. A opinião de que a meta é inatingível foi unânime entre os entrevistados.

A discussão e a construção de mecanismos efetivos de retenção do aluno, antes do Reuni, ainda eram incipientes na UTFPR, provavelmente em função do quantitativo de vagas ofertado e da irrelevância do problema. Conformou-se, assim, internamente, uma discussão nova, inexistente uma década antes do Reuni (E1), num cenário novo. O novo cenário foi desenhado, entre outros elementos, com o aumento expressivo de vagas e um perfil distinto de discentes e de docentes.

O aumento das vagas foi permeado por mudanças que haviam sido recentemente implementadas, a adoção integral do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) como sistema de seleção e a reserva de 50% para o sistema de cotas (E3). Com a adoção do SiSU ocorreu o aumento da concorrência pelas vagas que vinha, em média, sendo diminuída, principalmente em determinados cursos e em campi menores. Nestes campi menores, mesmo com o aumento pela procura, ocorreram casos de ociosidade de vagas.

A atratividade da instituição é ponto importante a ser considerado no cumprimento das metas estabelecidas pelo Reuni (E1). A atração de alunos, com um quantitativo signifi-

cativo de vagas ofertadas, tornou-se um problema na UTFPR. Para o E1, “a questão de não ter aluno é algo recente para nós, porque 10 ou 20 anos atrás não tínhamos esse problema e não imaginávamos que teríamos. Tínhamos alunos de sobra. Então, sem fazer muita força, podíamos escolher só os melhores. Agora, no entanto, a coisa se inverteu. Temos em alguns cursos mais vagas ofertadas do que candidatos”.

A disputa, em muitos casos, deixou de ser pelos melhores alunos, passando a ser por ter alunos. Recrutar os melhores alunos implica em ter diferenciais. Nesta direção, o E1 questiona: “Por que eu vou colocar meu filho na UTFPR e não colocar na UFPR [Universidade Federal do Paraná], na USP [Universidade de São Paulo] ou sei lá onde? Qual é o atrativo? Qual é o diferencial?”.

Em termos práticos, a ociosidade e a evasão produzem o mesmo resultado, o desperdício de dinheiro público. Com efeito, além da atração, é necessário que a instituição disponha de mecanismos para reter o aluno e, preferencialmente que o egresso permaneça na região (E1).

Em relação ao perfil, principalmente depois da adesão integral ao SiSU, pouco antes do Reuni, parcela importante dos discentes da UTFPR passou a ser de outros Estados e de cidades distintas do campus em que o curso era realizado.

No que tange o perfil docente, a mudança ocorreu com a transformação do CEFET-PR em universidade e, principalmente, com o Reuni. O Reuni possibilitou os concursos. O lapso temporal entre os eventos foi insignificante, tornando os mesmos concomitantes. Na época do CEFET-PR, majoritariamente, os professores trabalhavam no setor privado e ministravam aulas à noite (E4), e a titulação era reduzida (E6; E7). O número de professores em regime de dedicação exclusiva (DE) era pequeno. Com o Reuni, passou-se a priorizar o docente com doutorado e as contratações foram realizadas em regime de dedicação exclusiva (E6; E7).

Neste cenário metamorfoseado, os principais motivos da evasão foram mapeados.

Para o E8, “muitas variáveis são preponderantes para a permanência ou não do estudante dentro da universidade, com destaque para: a questão financeira; a questão da aprendizagem; a relação aluno-professor; e a relação aluno-instituição”. O E4 argumenta que questão financeira é, indiscutivelmente, o maior problema para permanência do estudante, mas não o único. Outros problemas relevantes e não equacionados são: a falta de vocação dos estudantes para os cursos que se matriculam, a falta de apoio psicopedagógico e os problemas advindos dos níveis anteriores de ensino. Para o E6, além da questão financeira, a evasão ocorre em função de “uma formação deficiente nos níveis anteriores de ensino; métodos de ensino inadequados; questões pessoais; e, falta de identificação com o curso escolhido”. Nos meandros da aprendizagem, o E5 infere que a retenção nas engenharias é um grande problema, porque há no currículo muitas disciplinas de cálculo, o índice de retenção é alto e o aluno vai ficando para trás. O E4 converge e avança nesta posição. No seu entendimento, as reprovações, principalmente em disciplinas dos anos

iniciais, em muitos casos, são determinantes para a evasão. Na área das engenharias, as disciplinas de cálculos constantes dos primeiros semestres, na UTFPR, eram ministradas sem nivelamento. Para o entrevistado, ingressa-se na disciplina de cálculo abruptamente, sem saber o nível dos alunos.

Adicionalmente, existem muitos professores que repudiam a possibilidade de *baixar* o nível do que é ministrado. Assim, a falta de capacitação dos professores para lidarem com o nivelamento dos alunos é, na opinião do E4, determinante para a perda dos alunos. É, ainda, perceptível a diferença, em média, do nível dos estudantes dos cursos mais concorridos dos maiores campi com os estudantes dos cursos menos concorridos dos menores campi (E4). Para saná-las, faz-se necessário políticas pedagógicas internas, entre as quais políticas de capacitação. Mas, reconhece o E4, faltam instrumentos de gestão que facultem cobrar mudanças por parte do professor. O questionamento é o de: “Se sou professor a tanto tempo, por que terei agora de me submeter a um *cursinho* do Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e Assistência Estudantil (Nuape)? Quem são essas psicopedagogas que ingressaram ontem na instituição e agora vão querer mudar minha atuação e minha metodologia? Este tipo de reclamação sempre acontece” (E4).

Em termos práticos, o que existiu foi na ponta, nas coordenações de curso. As coordenações, ao receberem reclamações dos alunos, remanejavam os professores. Eram colocados os professores que tinham os melhores perfis para atuarem nos primeiros períodos dos cursos. Mas, os ajustes dependiam muito da postura dos coordenadores e dos chefes de departamento (E4).

Para o E4, na UTFPR, depois do Reuni, o perfil tornou-se mais acadêmico e elitista, e menos prático. Muitos professores defendem, por exemplo, a nota de corte na entrada (E4). A preocupação, nestes termos, resume-se na seleção dos melhores alunos, sem se importar com o preenchimento das 44 vagas propostas pela instituição por turma, com as carteiras vazias. Existe, inclusive, a politização da questão e manifestações contrárias ao sistema de cotas e entrada pelo SiSU. A justificativa é que a adoção do processo vigente reduziu a qualidade do ingressantes na instituição (E4).

Na linha da elitização, a intenção de abrir alguns cursos noturnos de engenharia com seis anos de duração não prosperou. A resistência interna foi muito grande. Para o E4, o elitismo fica explícito na preocupação em manter a carga horária dos cursos de engenharia em patamares bastante superiores aos mínimos exigidos. No entendimento do entrevistado, trata-se de um erro. Os cursos deveriam ser mais enxutos e com mais autonomia nos fluxos formativos dos alunos. Não existe a necessidade de tantas aulas expositivas. Os currículos dos cursos de engenharias da UTFPR são irracionais em muitos casos (E4).

Para o E6, não se pode esquecer que parcela significativa da expansão aconteceu com cursos de licenciatura. Por serem cursos de baixa procura e alta evasão, a meta de sucesso estabelecida pelo Reuni tornou-se ainda mais distante.

O E2 considera que a expansão foi muito bem-vinda, mas, em função de dificuldades financeiras para manutenção e da falta de suporte familiar, muitos estudantes, principalmente os cotistas, tiveram que trabalhar enquanto estudavam. O desempenho acadêmico naturalmente decaía, e o desempenho insatisfatório determinava a perda da assistência estudantil. Este ciclo vicioso determina um quantitativo significativo de evadidos.

Na direção da evasão determinada por problemas financeiros, a assistência estudantil, no momento da adesão ao Reuni ainda pouca estruturada, foi outro desafio importante que se apresentou. Tinha-se a clareza de que a mesma deveria ser eficiente para evitar a evasão, principalmente dos alunos cotistas (E2). A assistência social psicopedagógica, em todos os campi, passou a existir depois da adesão ao Reuni. A situação melhorou, mas não foi suficiente para combater estruturalmente a evasão (E4).

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi, indiscutivelmente, um ponto fraco do Reuni. A simples concessão de bolsas não acabou com a evasão. O auxílio, em muitos casos de evasão, mostrou-se insuficiente. Além disso, a assistência estudantil, que se incorporou em consequência da adesão ao Reuni, tornou-se um problema para as instituições (E5). Mesmo as instituições tendo o poder discricionário para, por exemplo, estabelecer o valor das bolsas, a conta nunca fechou. Os valores levantados pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários (FONAPRACE) dos institutos federais de ensino superior (IFES) para atender a demanda existente sempre foram muito destoantes dos valores disponibilizados. Em função da insuficiência dos valores disponibilizados, quase todas as universidades federais passaram a deslocar parte do seu orçamento para a assistência estudantil (E6).

Na prática, por um lado, quanto maior o valor disponibilizado individualmente, menor o número de estudantes atendidos, por outro, com orçamentos das universidades sistematicamente reduzidos, o deslocamento de valores para a assistência estudantil implica na redução dos valores disponíveis para o seu funcionamento.

Na tentativa de enfrentamento do problema da evasão, à época, foi criada uma comissão para estudar possíveis soluções (E4). Ainda, “algumas iniciativas aconteceram, pedagogicamente falando, mas nada que tivesse alterado de forma considerável os números da evasão. A discrepância entre os alunos oriundos da escola pública e da escola privada, que vem nas cotas, é muito grande” (E4). O entrevistado acrescenta que a falta de empatia de muitos professores com esses estudantes existe. Nestes termos, a questão da evasão é bem pedagógica.

O E8 ao argumentar que: “O Reuni e o SiSU trouxeram alunos de todo o país para a UTFPR. A distância do aluno de sua casa sempre foi uma preocupação nossa. As dificuldades enfrentadas, quase sempre, são muito grandes”. O entrevistado evidencia o trabalho feito junto aos professores para minimizar a evasão e diminuir a falta de empatia que ocorria em muitos casos. No trabalho era destacada a humanização necessária no processo educacional.

Alguns entrevistados visualizaram a extensão tecnológica, com os programas de empreendedorismo, as incubadoras e os parques tecnológicos, como alternativa para a retenção numa universidade tecnológica (E1; E9). Tratam-se de mecanismos que possibilitam ao estudante perceber as oportunidades do seu curso e ter sua formação mais sólida (E9).

Com as posições exaradas, é possível inferir que, apesar dos esforços, principalmente da área mais operacional da gestão, o atingimento da *ousada* taxa de 90% de sucesso era e é impossível de ser atingida. A equação é complexa e envolve uma série de variáveis intervenientes e de manipulação limitada por parte da instituição.

Para o E6, a conta que se fez é: “será perdido um percentual de alunos, é impossível isto não acontecer; vamos fazer o que for possível para minimizar a perda, mas se trouxermos mais alunos, mesmo com as perdas, o orçamento do campus aumenta”. A posição do E8, ao argumentar que não foi dada muita importância à evasão, principalmente pela obtenção de outros indicadores, converge com o argumentado pelo E6.

A UTFPR adota internamente uma matriz orçamentária na qual a distribuição de recursos é feita pelo número de alunos (sem a utilização do conceito de aluno equivalente). Com efeito, os campi sempre se preocuparam muito em abrir a “porta de entrada”, sem ter preocupação similar com a “porta de saída” (E6). Em outros termos, a evasão não foi nunca prioridade.

O E5 projeta que o atingimento de uma meta de sucesso de 90% aconteceria somente “se voltasse a adotar o concurso vestibular, com linha de corte, matriculando apenas os melhores, e fazendo um contrato nos moldes em que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) faz para a concessão de bolsas. No contrato, se o bolsista não concluir ou não voltar, quando o curso é fora do Brasil, deverá devolver o valor da bolsa que recebeu. Com o aluno da área tecnológica é impossível fazer isso”. O E6 coloca que “quem abandona uma vaga pública, que muito possivelmente seria ocupada por outro estudante, sem nenhuma justificativa, deveria ressarcir o erário, ou, pelo menos, ficar impedido de ocupar outra vaga pública. Isto mudaria muito o quadro de evasão”.

Para E8, a universidade continuou o seu trabalho. O Reuni ampliou a preocupação com a evasão, mas os resultados não foram alcançados. Evitar a evasão não era, e não é, um processo simples. Para E4, “a evasão é algo que não se conseguiu resolver, e tão cedo não vai se conseguir”. O E6 lembra que, apesar do compromisso, não havia nenhuma sanção prevista para quem não cumprisse o pactuado, e acrescenta que tanto o MEC como as universidades esqueceram muito rapidamente do que foi firmado. Não obstante, é fato que a evasão é ruim para todos.

A EVASÃO NA UTFPR DEPOIS DA IMPLANTAÇÃO DO REUNI

A questão da evasão, depois da implantação do Reuni, foi objeto de exame minucioso da Auditoria Interna (Audin) da UTFPR e da Controladoria Regional da União (CRU) no

Estado do Paraná. Os resultados destas auditorias permitem a compreensão dos efeitos das ações realizadas pela instituição para alcançar as metas pactuadas no Reuni.

No Relatório de Auditoria Anual de Contas da unidade UTFPR, considerando o exercício de 2016, é indicado que:

[...] diversas ações estão em desenvolvimento na PROGRAD [Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional] para o atendimento das recomendações já exaradas pela CGU sobre o tema evasão/retenção. O presente item enfatizou a necessidade promover estudos para identificar as causas da retenção e evasão, bem como, avaliar viabilidade de cursos e disciplinas, considerando o impacto negativo de alguns destes sobre o índice de ocupação geral da instituição.

Neste contexto, é compreensível a UTFPR não apresentar um plano de ação concreto para o presente item, considerando a exiguidade do prazo para a manifestação. Assim, o apontamento será objeto de acompanhamento por esta CGU, seja em auditorias futuras ou pela ferramenta Monitor-WEB (Brasil, 2017, p. 119).

Decorrente, a CRU exarou uma recomendação específica relativa à evasão:

Recomenda-se a elaboração de estudos no propósito de identificar fatores causadores da retenção e evasão, focando, sobretudo, em diagnosticar fatores que estão influenciando positiva ou negativamente o resultado (considerando que, tanto a nível de campus ou a nível de turma (para a mesma disciplina), foram identificadas situações concretas de alto ou baixo nível de aproveitamento) (Brasil, 2017, p. 17).

Não obstante a indicação, desde 2014, ação correlata já estava sendo executada por comissão designada pela Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional (PROGRAD) para analisar os cursos de graduação (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2014). A comissão, considerando o período de 2010 a 2015, levantou os índices anuais e semestrais de evasão, retenção e conclusão de cada curso, campus e da Instituição.

No período compreendido entre 2010 e 2014, foi constatada uma pequena, mas importante, tendência de queda da evasão (Gráfico 1). Evidentemente que o resultado necessita ser lido com cautela, mas permite supor que as ações desenvolvidas produziram resultados.

Gráfico 1 – Índices da Evasão Anual na UTFPR do ano 2010 ao 2014



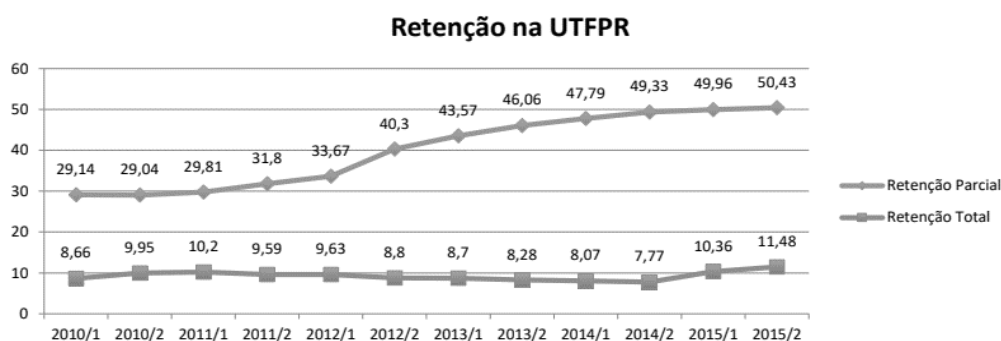
Fonte: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2016, p. 3).

A metodologia utilizada no levantamento, detalhada no Relatório da Comissão, foi baseada nos Esclarecimentos metodológicos sobre os cálculos de evasão (LOBO; LOBO, 2012) do Instituto Lobo. Destes esclarecimentos, foram adotados os conceitos:

- a) evasão do curso: matrícula finalizada sem êxito no curso;
- b) evasão do campus: matrícula finalizada sem êxito no curso e sem vínculo com o campus, mas com vínculo com a instituição;
- c) evasão da UTFPR: matrícula finalizada sem êxito e sem vínculo com a Instituição.

Os resultados de retenção, no período compreendido entre 2010/1 e 2015/2, constam no Gráfico 2.

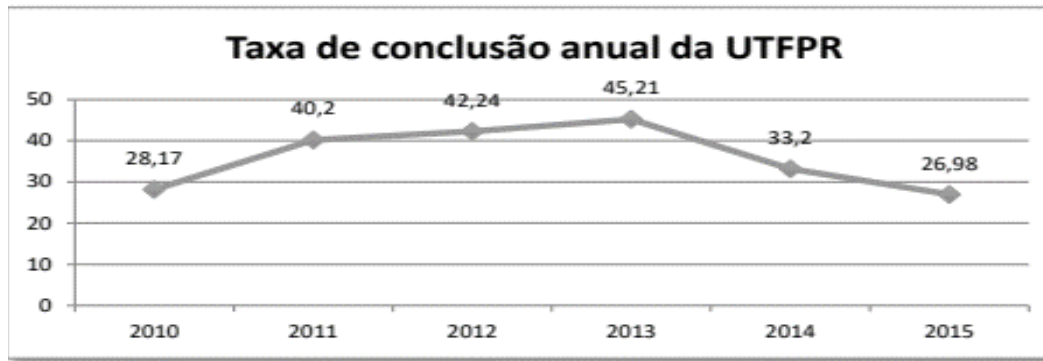
Gráfico 2 - Retenção em disciplinas na UTFPR entre 2010/1 e 2015/2



Fonte: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2016, p. 12).

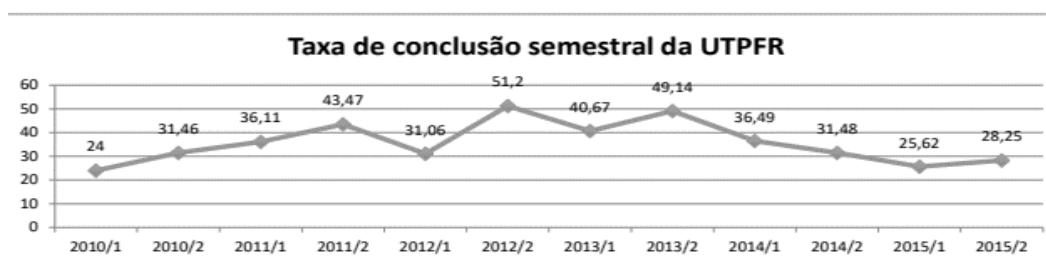
A comissão de evasão levantou, também, a taxa de sucesso semestral e anual da UTFPR. Os resultados encontram-se nos Gráficos 3 e 4.

Gráfico 3 - Taxa de conclusão anual da UTFPR entre os anos de 2010 e 2015



Fonte: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2016, p. 13).

Gráfico 4 - Taxa de conclusão semestral da UTFPR entre os semestres de 2010/1 e 2015/2



Fonte: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2016, p. 13).

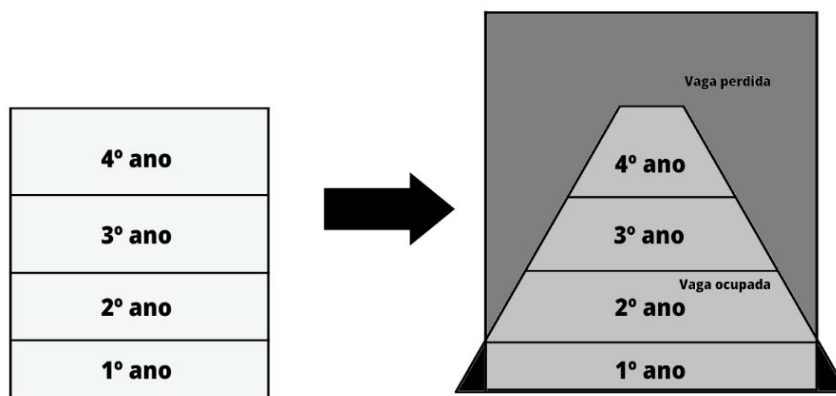
Inobstante o trabalho realizado pela comissão de evasão da UTFPR, a CRU, na auditoria do exercício de 2017, após indicar no exercício anterior a “necessidade de aprimoramento no processo de monitoramento, avaliação e acompanhamento dos docentes, bem como, em estudos e ações voltadas para reduzir a evasão e a retenção no ensino” (Brasil, 2017, p. 24), elegeu a evasão como um dos temas para serem analisados de forma aprofundada.

No Relatório da Auditoria publicizado pela CRU são detalhadas as constatações auferidas no trabalho de Avaliação dos Resultados da Gestão na UTFPR (Brasil, 2017). O objetivo explicitado no Relatório é o de “avaliar a evasão no ensino superior, no contexto da eficiência da gestão pública” (Brasil, 2017, p. 1).

O entendimento dado para a evasão pela CRU é moldado com o ato da saída do estudante sem êxito do seu curso. A evasão foi avaliada sob a ótica da efetividade, eficácia e eficiência do serviço público. A perda de efetividade ocorre com a redução do número de alunos formados; da eficácia com a redução da taxa de sucesso da graduação (TSG); e a da eficiência é produzida com a subutilização do capital humano, material e financeiro disponibilizado.

Na introdução do Relatório é feita a problematização da evasão e seu custo. A Figura 1 ilustra os cenários ideal e real que constam no Relatório.

Figura 1 - Cenários ideal e real da evasão na UTFPR



Fonte: Brasil (2017, p. 2).

No lado esquerdo da figura, é apresentado o cenário ideal, um cenário sem evasão. A ocupação das vagas ocorre de forma uniforme em todos os anos do curso. Com efeito, na ótica da CRU, o capital humano, material e financeiro é utilizado de forma otimizada (Brasil, 2017). Neste cenário a taxa de sucesso é igual ao quantitativo máximo da capacidade da Instituição. A efetividade é maximizada.

No lado direito, é representado um cenário com evasão. Neste cenário ocorre a subutilização de recursos. As vagas ocupadas vão reduzindo ao longo dos anos. O número de alunos representados no 1º ano extrapola as vagas ofertadas. Isto ocorre em função das retenções.

No último ano, com as perdas ocorridas no decorrer do curso, o número de alunos formados é menor que as vagas que foram ofertadas no início. Neste cenário, as evasões determinam redução nos resultados (número de alunos formados) e desperdício de dinheiro público (aumento do custo médio do aluno formado e subutilização de recursos).

Para reduzir a área vermelha da parte da figura que representa o cenário com evasão, a CRU buscou identificar as causas da evasão que ocorre na UTFPR e, em paralelo, fez a proposição de medidas visando a redução de perdas. Em essência, as medidas propostas consistem em: “buscar alunos com menor tendência à evasão; adotar ações/práticas que fomentam a permanência do aluno; e adequar/otimizar a estrutura dos cursos e das salas de aulas, aceitando um risco inevitável de evasão” (Brasil, 2017, p. 2).

Em termos financeiros, um aluno evadido na UTFPR, no ano de 2016, tinha o custo médio anual de R\$ 17.231,00 (aproximadamente U\$ 4.275,00). Chegou-se a este valor considerando a diferença entre o custo médio do aluno formado e o custo médio geral do aluno. Na análise foram utilizados:

[...] dados cadastrais e acadêmicos dos alunos que mantiveram ou ainda mantém vínculos com a UTFPR entre 2012 a 2017 (1º semestre), no quantitativo total de 52.365 matrículas, dos quais, foram observadas 19.879 desistências, perfazendo **um índice de evasão global de 38%** (Brasil, 2017, p. 3, grifo nosso).

As principais constatações auferidas com a auditoria constam no Quadro 1.

Quadro 1 – Efeito dos fatores sobre a evasão

Fator analisado	Constatação
Campus	<ul style="list-style-type: none"> • Existe maior propensão à evasão nos campi do interior
Tipo de curso	<ul style="list-style-type: none"> • Maior tendência à evasão nos cursos de tecnologia, seguido das licenciaturas • Os cursos de bacharelados são os que apresentam a menor propensão
Turno	<ul style="list-style-type: none"> • Os cursos noturnos tendem a apresentar menor evasão
Idade	<ul style="list-style-type: none"> • Entre 2008 e 2012, estudantes mais novos apresentavam menor propensão à evasão • Entre 2013 e 2016 houve uma inversão do quadro
Sexo	<ul style="list-style-type: none"> • Não apresentou efeito significativo na evasão
Cidade e Estado de origem	<ul style="list-style-type: none"> • O Estado de origem não gerou efeito na evasão • A cidade distinta de qual está localizado o campus gerou maior propensão a evasão
Semestre de Ingresso	<ul style="list-style-type: none"> • Menor propensão à evasão foi identificada em estudantes que ingressaram no 2º semestre
Cotas	<ul style="list-style-type: none"> • Não apresentou efeito significativo na evasão
Nota e Frequência	<ul style="list-style-type: none"> • O coeficiente de rendimento foi significativo para a permanência e sucesso no curso • Frequência e nota apresentam relação direta
Nota no SiSU	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior a nota do SiSU, menor propensão à evasão, principalmente em Matemática • Alunos com nota elevada em Ciências da Natureza apresentaram maior propensão em comparação com as outras disciplinas
Opção de curso no SiSU	<ul style="list-style-type: none"> • Ingressantes no curso colocado como 2ª opção apresentaram maior propensão à evasão

Fonte: Adaptado de Brasil (2018).

Outras constatações da CRU (Brasil, 2018, p. 4, grifo do autor), baseadas em análise estatística dos dados de forma descritiva, foram:

- 33% das evasões ocorreram no 1º semestre do curso, com predominância na ocorrência de reprovação por faltas, indicando que as evasões ocorreram sem frequência de aulas;
- 51% das evasões ocorreram até o final do 1º ano e 72% das evasões até o final do 2º ano;
[...];
- menor ocorrência de evasão no campus Curitiba comparada com a média dos campi do Interior (com alguns campi com índice de evasão menor que Curitiba);
- dentre os desistentes (evadidos), como **causa** da reprovação predominou a reprovação por falta (110.020 ocorrências – 63,5%) ante reprovação por nota (63.974 ocorrências – 36,5%);

[...];

- impacto positivo dos Programas de Assistência Estudantil.

Decorrente destas constatações, a CRU, partindo do suposto que a evasão apresenta natureza multiforme e causas multidimensionais, inferiu que dentre os vários fatores identificados como determinantes para a evasão, os exógenos são de pouca ou nenhuma interveniência da Instituição.

Nesta direção, “[...] fatores como sexo, idade, semestre de ingresso, opção de curso no SiSU, cidade de origem, turno, ou não estão causando efeito sobre a evasão ou a Instituição não tem mecanismos para direcionar para um grupo menos propenso à evasão” (Brasil, 2018, p. 4).

Entre os fatores em que é possível a instituição intervir para redução da evasão, a CRU aponta a nota do SiSU e turno. A manifestação exarada foi a seguinte:

- nota no SiSU: em tese, seria possível atribuir pesos para as notas do SiSU para fomentar a entrada de alunos com perfil favorável. A avaliação prévia indica que, atribuir peso superior à matemática e peso inferior às ciências da natureza pode indicar seleção de perfil favorável. Entretanto, entende-se que os estudos são insuficientes. Caso a UTFPR entenda pertinente, poderá efetuar de forma experimental; e
- turno: apesar do curso noturno ser favorável para redução da evasão, entende-se que a UTFPR já possui vagas suficientes neste período (cerca de 1/3 das vagas são noturnas), considerando o perfil de seus cursos (Brasil, 2018, p. 4).

Mesmo que corretas as recomendações, é preciso ver as mesmas com ressalvas. A nota no SiSU pode até ter sentido em cursos com elevada procura. Mas, esta não é a realidade de um número importante de cursos ofertados em campus do interior. No que tange ao turno, a solução produziria outros problemas, como a subutilização da estrutura existente no período diurno. É importante colocar que as soluções propostas pela CRU foram colocadas com a devida vênia.

Além disso, um possível equívoco na análise reside na interpretação da reprovação por falta. No relatório é feita a indicação que: “[...] a causa da evasão não foi pela não adaptação ao ambiente acadêmico ou enfrentamento de dificuldades nas disciplinas (pois, se quer foram cursadas). Entende-se tratar de evasão causada por fatores pessoais, exógeno à Instituição” (Brasil, 2018, p. 8-9).

Em muitos casos, o abandono de determinada disciplina acontece depois de o aluno constatar não ter condições de acompanhar o conteúdo ministrado ou de ter condições de aprovação. Da forma como foi interpretado pela CRU, o aluno não cursou a disciplina.

Evidentemente que existem casos em que o aluno se matriculou e não cursou uma ou mais disciplinas, mas isto não pode ser generalizado da forma como foi. Em medida importante, as faltas que levam à reprovação normalmente não acontecem no começo da

disciplina. A interpretação equivocada distorce a análise. Neste caso, a causa seria outra, a formação deficiente nos níveis anteriores de ensino.

Em termos gerais, a CRU identificou que os resultados das análises realizadas convergiam com conclusões já mencionadas na literatura disponível sobre o tema. De forma proposital, mas indicando a existência, a CRU se olvidou de emitir recomendações já consolidadas na literatura para redução da evasão, como:

Promoção de aulas de reforço/nivelamento; tutoria; assistência psicossocial ao aluno; abertura de cursos com boas perspectivas profissionais; programas de bolsas; atividades de integração acadêmica; entre outros, pois, conforme Ofício nº 12/2017, a UTFPR já vem promovendo tais práticas (Brasil, 2018, p. 4).

Em outra parte do relatório, também pautado na literatura, a CRU apresenta os fatores que fomentam e reduzem a evasão. Os fatores levantados são apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Síntese das determinantes para evasão, segundo à literatura

Fatores negativos: fomentam a evasão	Fatores positivos: reduzem a evasão
<ul style="list-style-type: none"> • área de ciência, matemática, computação, publicidade e educação física; • qualidade do ensino; • desigualdade social; • dificuldade financeira; • falta de infraestrutura; • metodologia de ensino: dificuldade de acompanhar o curso; • curso escolhido não ser a primeira opção; • falta de comunicação com o evadido; • erro na escolha do curso; • deficiência na integração teórica e prática; • idade: mais velho, maior evasão; • gênero: mulheres evadem mais; perspectivas profissionais ruins; • incompatibilidade entre o estudo e o trabalho; • idade prematura para o ingresso na faculdade: falta de pesquisa do curso e perspectivas profissionais; • descaso com a evasão: a IES não busca saber das dificuldades dos alunos e não oferece opções de transferência e reopção. 	<ul style="list-style-type: none"> • integração social e acadêmica; • área de saúde, agricultura e veterinária; • curso de ingresso difícil; • programa de aconselhamento e orientação; • programa de bem-estar e estabelecer expectativas reais; • curso adiantado; • receber bolsa do PROUNI; • boas notas; • frequentar nivelamento; • habilidade no português; • implantar tutores e monitores; • limitar trancamentos; • ativar jubilações.

Fonte: Adaptado de Brasil (2018).

A linha estruturante das recomendações da CRU levou em consideração que:

[...] nenhum fator, de forma isolada ou conjunta, irá conseguir reduzir a evasão de forma decisiva, à ponto de gerar resultados significativos, assim, as ações de mitigação devem ser realizadas de forma conjunta, de forma a gerar efeitos somáticos para a redução da evasão.

E ainda, a mitigação total da evasão também não é possível, considerando a existência do fator intrínseco (que, numericamente é bastante relevante). Logo, a Instituição também deve adotar medidas de forma a adaptar a sua estrutura de salas de aulas ao quantitativo esperado de alunos, após as evasões. (Brasil, 2018, p. 5).

As recomendações propostas para reduzir a evasão e adequar a estrutura organizacional à realidade da evasão e para fomentar a permanência do aluno na UTFPR foram alocadas em três eixos: ações para buscar alunos com menor tendência à evasão; ações que fomentam a permanência do aluno; e adequação e otimização da estrutura.

No que tange ações para buscar alunos com menor tendência à evasão, primeiro eixo das recomendações propostas, a CRU indicou:

Desenvolvimento de ações que permitam a mitigação das evasões que ocorrem principalmente até o final do 1º ano. No levantamento da CRU, das 19.879 desistências ocorridas entre 2012 e o 1º semestre de 2017, 10.175 (51,18%) ocorreram no primeiro ano, das quais, 6.518 (32,79%) ocorreram no primeiro semestre (Brasil, 2018, p. 8).

Deve-se destacar que a principal razão provável para a evasão identificada, o ingresso facilitado pelo SiSU, é, também, responsável pelo aumento da ocupação das vagas nos campi com menor poder de atratividade. Historicamente, alguns campi, notadamente os localizados em cidades maiores, como Curitiba, Londrina e Ponta Grossa, apresentam índices de ocupação de vagas superiores aos menores. Com efeito, aquilo que foi apontado como causa da evasão é, também, responsável por um percentual mais elevado de ocupação. Apesar de ser possível a reversão do modelo de ingresso ou a adoção de um sistema híbrido, é bastante plausível supor que a supressão da variável ingresso pelo SiSU produzirá outro problema nestes campi menores, a ociosidade de vagas.

Ao particularizar a análise para o desempenho do estudante desistente, formado e regular nas disciplinas cursadas, foram obtidos os números apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Desempenho nas disciplinas por tipo de vínculo na instituição

Situação	Desistente	Formado	Regular
Número de alunos	19.876	11.123	21.363
Número de disciplinas aprovadas	148.641	599.649	578.216
Número de disciplinas reprovadas por nota	63.974	51.296	114.164
Número de disciplinas reprovadas por falta	111.020	24.851	69.721
Percentual de disciplinas aprovadas	45,93%	88,73%	75,87%

Percentual de disciplinas reprovadas por nota	19,77%	7,59%	14,98%
Percentual de disciplinas reprovadas por falta	34,30%	3,68%	9,15%

Fonte: Brasil (2018).

O resultado permite supor que estudantes com índice de reprovação próximo a 50% das disciplinas cursadas apresentam tendência de se evadirem.

Em relação às reprovações, a CRU no Estado do Paraná (Brasil, 2018) questionou a existência de discrepância de desempenho numa mesma disciplina, de acordo com a turma. Como hipótese, a CRU trabalhou com a existência de situações de exigências excessivas, as quais extrapolam o limite do razoável. Na direção do questionado, foi indicado à UTFPR que identifique a causa da referida discrepância. A identificação, na ótica da CRU, permitirá a formulação de política voltada à mitigação da evasão.

Outro dado levantado pela CRU foi o número de alunos por modalidade nos campi da UTFPR. O resultado do levantamento encontra-se na Tabela 2.

Tabela 2 – Quantitativo de alunos por campus e modalidade de ensino

Campus	Cursos	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Total
Apucarana	7	868	368	743	1.979
Campo Mourão	15	2.806	353	380	3.539
Cornélio Procopio	17	2.729	430	1.095	4.254
Curitiba	48	10.322	1.913	3.838	16.073
Dois Vizinhos	8	1.994	573	7	2.574
Francisco Beltrão	5	887	362	329	1.578
Guarapuava	4	738	–	622	1.360
Londrina	7	1.957	381	505	2.843
Medianeira	18	2.342	256	1.604	4.202
Pato Branco	19	4.435	1.013	870	6.318
Ponta Grossa	16	2.874	258	1.689	4.821
Santa Helena	2	127	192	–	319
Toledo	7	1.446	380	679	2.505
Total	173	33.525	6.479	12.361	52.365

Fonte: Adaptado de Brasil (2018).

Partindo deste total, foi identificado em cada uma das modalidades o percentual de desistentes, alunos regulares e formados. A situação de vínculo está descrita na Tabela 3.

Tabela 3 – Situação de vínculo por campus/grau de formação

Apucarana	35,71	3,80	60,48	63,86	6,25	29,89	34,86	43,61	21,53
Campo Mourão	35,03	23,59	41,38	59,77	10,20	30,03	50,00	33,42	16,58
Cornélio Procópio	24,29	15,10	60,61	58,14	7,91	33,95	45,94	33,97	20,09
Curitiba	30,14	24,53	45,33	53,79	12,08	34,13	41,09	36,74	22,17
Dois Vizinhos	28,59	20,71	50,70	50,44	10,12	39,44	14,29	85,71	0,00
Francisco Beltrão	39,57	13,30	47,13	56,91	2,49	40,61	57,75	35,56	6,69
Guarapuava	33,20	2,30	64,50	–	–	–	63,02	3,05	33,92
Londrina	32,55	11,75	55,70	57,74	5,25	37,01	54,26	27,52	18,22
Medianeira	42,49	12,13	45,39	55,08	1,95	42,97	45,51	34,48	20,01
Pato Branco	34,05	25,21	40,74	40,87	28,53	30,60	43,10	30,57	26,32
Ponta Grossa	31,66	14,16	54,18	46,51	4,65	48,84	40,14	33,51	26,35
Santa Helena	36,22	0,00	63,78	47,92	0,00	52,08	–	–	–
Toledo	37,34	9,34	53,32	63,95	7,37	28,68	57,29	17,38	25,33
Total	32,43	18,97	48,60	53,25	11,50	35,25	44,96	32,50	22,54

Nota: %D: percentual de desistentes; %F: percentual de formados; %R: percentual de alunos regulares.

Fonte: Adaptado de Brasil (2018).

Outro problema identificado na auditoria foi a ausência de padronização nas grades curriculares de mesmos cursos. No entendimento da CRU, a falta de padronização dificulta as transferências internas ao inviabilizar o aproveitamento integral do que já foi cursado, fomentando a evasão.

Apesar do *problema* existir, é questionável a posição da CRU que a falta de padronização fomenta a evasão. A padronização certamente produziria benefícios como a facilitação da mobilidade interna, corretamente apontada pela CRU, mas, em outra medida, traria efeitos indesejáveis com a impossibilidade de considerar aspectos regionais.

A CRU, na esteira de experiências exitosas realizadas em outras instituições federais de ensino superior, sugere dentro do eixo ações para buscar alunos com menor tendência à evasão e que a UTFPR avalie a adoção do modelo dos bacharelados interdisciplinares e o Processo de Seleção Estendido (PSE) da UFPR.

No que tange os bacharelados interdisciplinares, a PROGRAD argumentou a CRU que:

A proposta de Bacharelados Interdisciplinares, como ofertados nas mais variadas IFES é bastante ousada e rompe com estruturas tradicionais de ensino. Por isso todos os cursos criados nessa modalidade o foram em universidades novas (UFABC) ou em campi novos de universidades tradicionais (UnB, UFRGS, UFBA, etc.).

A transformação de um curso tradicional, como uma engenharia em um modelo totalmente diferente, é uma ruptura muito intensa na cultura institucional, provocando reações e situações difíceis de prever e com potencial de dificuldades imensas de implementação e reconhecimento pela comunidade interna (Brasil, 2018, p. 31).

A sugestão dos Bacharelados Interdisciplinares é fundada em vantagens como:

- proporciona maior tempo para a tomada de decisão do aluno, potencialmente reduzindo as evasões que ocorrem logo no 1º semestre do 1º ano;
- facilita o aproveitamento de créditos e equivalência, ao flexibilizar o processo de seleção das disciplinas;
- facilita o preenchimento das vagas no primeiro ano ao unificar o ingresso, evitando a ocorrência de cursos com concorrência muito baixa e fomentando o ingresso dos melhores alunos (os quais, em tese, possuem menos propensão à evasão);
- facilita o ingresso de alunos após o 1º ano (por meio do ciclo específico), mediante reconhecimento do ciclo básico já realizado (seja internamente ou em outra instituição);
- facilita a múltipla formação do aluno, o que eleva a atratividade da Instituição e, ao mesmo tempo, retorna à sociedade um profissional melhor qualificado; e
- proporciona maior facilidade para adaptar disciplinas e cursos e movimentar recursos humanos, materiais e financeiros (Brasil, 2018, p. 6-7).

Evidentemente que existem vantagens, mas nem todas são efetivamente vantagens. Por exemplo, não existe nenhuma garantia de que a adoção do modelo do Bacharelado Interdisciplinar tornará a instituição mais atrativa ou, ainda, fornecerá a sociedade um profissional melhor qualificado. Em relação ao PSE, o relatório da CRU utiliza o case de sucesso da UFPR para sustentar a recomendação.

Em relação ao PSE da UFPR, a manifestação emitida pela PROGRAD da UTFPR aponta:

[...] observa-se não ser possível implementar o modelo de Processo de Seleção Estendida da UFPR e nem a ampliação controlada das vagas no vestibular na UTFPR devido algumas adversidades:

- a) O processo de seleção da UFPR existe há 10 anos e ainda não se tornou referência na instituição para ser estendido para outros cursos, o que pode demonstrar uma limitação ou especificidade do processo que o impede de ser universalizado;
- b) O processo de entrada da UFPR é anual, o que permite que o processo de seleção possa durar por seis meses, enquanto que a UTFPR tem duas entradas por ano, fazendo com que, se o processo de entrada durar ao longo de um semestre, esse poderá prejudicar o processo de entrada subsequente;
- c) O ingresso na UTFPR é realizado somente via SiSU, ou seja, não existe vestibular para ingresso aos cursos de graduação da UTFPR;
- d) O número de vagas ofertadas para cada curso é acordado junto ao MEC no momento da abertura do curso, desta forma a Instituição não possui autonomia para alterá-lo;
- e) O MEC encaminhou um parecer à UTFPR proibindo a alteração no número de vagas ofertadas nos editais do processo de seleção.

[...].

No entanto, a Instituição preocupa-se com o tema e busca outras formas de diminuir os índices de evasão. No PDI 2018-2022, em construção consta o macro-objetivo 3.18 que descreve:

Avaliar formas diferenciadas de ingresso aos cursos de graduação, nos casos de vagas ociosas e de fomento à internacionalização (Brasil, 2018, p. 13).

Para além da sugestão, a CRU centra suas recomendações na ampliação controlada das vagas no vestibular para compensar a evasão no 1º semestre. Nesta direção são propostas medidas compensatórias para adequar/otimizar a estrutura considerando um nível histórico de evasão para planejar os recursos existentes. Os recursos devem permitir a construção de um ambiente acadêmico favorável as opções do aluno e flexível às suas necessidades. O entendimento de ambiente favorável deve ser pautado na eficácia e eficiência institucional, sem a geração de custos adicionais que excedam os benefícios esperados. De forma pontual, é recomendada a ampliação controlada das vagas no vestibular para compensar a evasão histórica do 1º semestre e a unificação de turmas para otimizar o uso das salas de aulas.

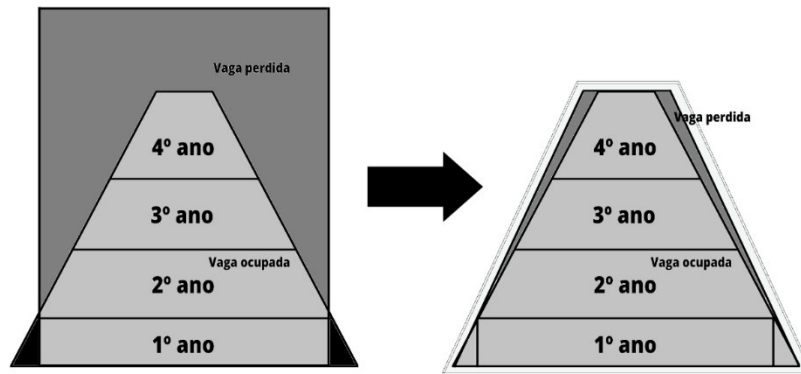
No segundo eixo das recomendações propostas, ações que fomentam a permanência do aluno, a CRU (Brasil, 2018, p. 5-6) recomenda a:

- a) identificação das causas da divergência de desempenho nas mesmas disciplinas em turmas distintas;
- b) melhorias nos mecanismos existentes para o aproveitamento de créditos e equivalência em disciplinas visando facilitar transferências internas e externas e tornando efetivo o aproveitamento das vagas ociosas a partir do 2º ano;
- c) identificação das causas e mitigação de matrículas em disciplinas nas quais os alunos realizam a matrícula e não frequentam as aulas.

No terceiro e último eixo das recomendações, adequação e otimização da estrutura, está o cerne da proposta apresentada pela CRU para a UTFPR mitigar o problema.

Partindo da suposto que não é possível mitigação completa da evasão, nem mesmo com as ações em curso e da adoção das sugestões propostas, a CRU propõe para aumentar a taxa de sucesso a adequação e otimização da estrutura. A adequação proposta se efetivará com a ideia de convocar um número superior de alunos a capacidade no primeiro ano. O mecanismo, em tese, permitirá que se chegue no 2º ano com o número esperado de alunos. Para a entrada ampliada, deve-se otimizar as salas de aulas e planejar a disponibilização dos recursos (docentes, laboratórios, insumos, equipamentos etc.). A otimização proposta é representada na Figura 2.

Figura 2 – Otimização da estrutura para o aumento da taxa de sucesso



Fonte: Brasil (2017, p. 6).

Na leitura da CRU, com a otimização proposta existe a tendência de se gerar recursos excedentes, em especial na força de trabalho. A proposta é ilustrada nos seguintes termos:

[...] por exemplo, unindo duas turmas, gera sobra de um docente, o que gera uma oportunidade de alocar este docente para outra atividade e, também, um risco de não conseguir aproveitar tal excedente. Neste contexto, o processo de adequação/otimização estrutural deve ser realizado em um contexto amplo, sempre tendo em vista o custo/benefício, a oportunidade/risco e o resultado final (Brasil, 2018, p. 7).

É importante destacar que processo semelhante já foi realizado na instituição. A entrada histórica de 40 vagas por turma foi unificada em 44 com o Reuni. De forma simplificada, a sugestão dada pela CRU é de aumentar ainda mais esta entrada para compensar a evasão que não será mitigada.

No relatório também é questionada a estrutura baseada em Departamentos, modelo parcialmente adotado na UTFPR. A CRU entende que a rigidez do modelo, dificulta e limita processos necessários como o de flexibilização e o de adaptação estrutural.

Considerando que anualmente entre 3.000 e 4.000 mil alunos se evadem da UTFPR e que a instituição não tem ingerência efetiva em parcela importante das mesmas, por serem de cunho pessoal do aluno, como dúvidas na escolha do curso, não adaptação à vida universitária e outras dificuldades pessoais induzem ao abandono do curso, a CRU usando como variável dependente o coeficiente de rendimento dos estudantes, apresentou os fatores intervenientes do processo formativo desenvolvido na UTFPR:

Ser homem [...] produz uma queda de cerca de 3% na nota. Entrar no segundo semestre garante um aumento de cerca de 3% e estudar a noite de 2,5%. Estar no curso de segunda opção reduz a nota em 1,9%, pelo desinteresse e inaptidão. Ser egresso de escola pública melhora a nota em 0,8%. Ser de outro estado aumenta em 1,7%. Fazer um curso de engenharia, licenciatura ou tecnologia rebaixa o coeficiente entre 6,6% (tecnologia) e 9% (engenharia). Estudar em Campus do interior,

já controlando o tipo de curso e outras variáveis, melhora a nota em todos os casos, de 1% (Guarapuava) a cerca de 7% (Dois Vizinhos, Cornélio Procópio, Campo Mourão e Francisco Beltrão). Cem pontos a mais na nota do SiSU em Matemática aumentam o coeficiente de rendimento em 2,1%; em Natureza, 1,4%; em Linguagem, 1,5%; em Redação 0,9%; e não há efeito do bom desempenho em Humanas (Brasil, 2017, p. 63).

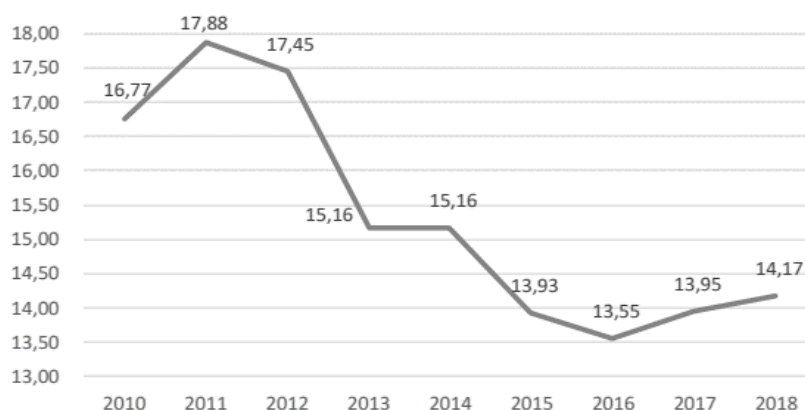
E indicou que:

[...] não existe uma forma decisiva e única de reduzir a evasão, sendo válida a execução de diversas ações de mitigação, pois, os mesmos geram efeitos somáticos, de forma a contribuir para a redução da evasão.

O benefício pela redução da evasão é grande, considerando a ampliação dos resultados (alunos formados) e redução dos custos (Brasil, 2017, p. 7).

Para o exercício de 2019, no Plano de Auditoria Interna (PAInt) da UTFPR, o tema evasão foi selecionado para exame detalhado. Os dados levantados relativos à evasão, considerando o período compreendido entre 2010 e 2018, são os apresentados no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Evolução da taxa de evasão dos cursos de graduação em funcionamento

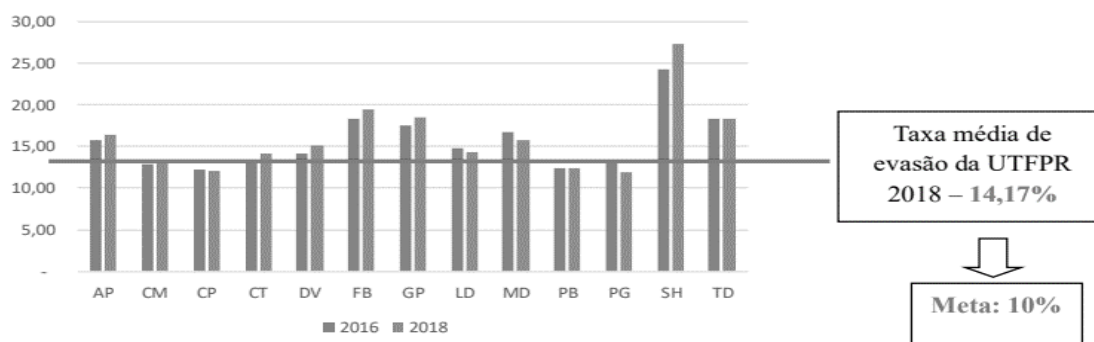


Fonte: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2019a, p. 6).

Percebe-se que a taxa de evasão da UTFPR decaiu depois 2011. A tendência permaneceu até 2016. Em 2017 passou a apresentar tendência de alta novamente. Mesmo com o crescimento, é possível inferir que o patamar pós-Reuni é significativamente inferior ao do período de implantação terminado em 2012.

Considerando todos os campi e os anos de 2016, ano que apresentou o menor índice de evasão na UTFPR, de 2018, o último avaliado, e tendo como parâmetro a evasão média da UTFPR em 2016. Os resultados estão apresentados no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Taxa de evasão dos campi em 2016 e 2018 comparada com a média da UTFPR em 2016



Fonte: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2019a, p. 6).

Em relação a existência de uma política institucional para reduzir a retenção e a evasão de alunos, a Audin concluiu que:

A UTFPR não tem formulada uma política institucional específica para reduzir a retenção e a evasão de estudantes. A PROGRAD priorizou a implementação das ações macros, com a expectativa de mitigar os fenômenos da evasão e retenção como consequência natural do processo (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2019a, p. 3).

A Audin chegou nesta conclusão ao não acatar a resposta emitida pela PROGRAD para a SA exarada. Na resposta a PROGRAD indica a existência de uma política institucional

No Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, a saber:

Macro-Objetivo 3.2: Desenvolver e implementar o programa de acompanhamento discente, focando na permanência do estudante e na integralização de seu curso, bem como no bem-estar psicológico e na qualidade de vida

Macro-Objetivo 3.18: Avaliar formas diferenciadas de ingresso aos cursos de graduação, nos casos de vagas ociosas e de fomento à internacionalização. (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2019b, p. 1).

O relatório da Audin traz, ainda, as ações relatadas pela PROGRAD como implementadas: Realização de Fóruns (Fórum das Licenciaturas - Forlic, Fórum dos Cursos de Engenharia - Foreng, Fórum dos Cursos de Tecnologia de Informação e Comunicação - Fortic, Fórum dos Cursos de Tecnologia - Fortec, Fórum dos Cursos Singulares - Forsing, Fóruns das áreas, Fórum das Disciplinas do Núcleo Básico dos Bacharelados da UTFPR - Forbas); reformulação do calendário acadêmico; programas voltados para a permanência: de auxílio financeiro, de qualidade de vida e protagonismo estudantil, de auxílio à participação de discentes em eventos, além dos atendimentos especializados com equipes multidisciplinares do Nuape de cada campus; criação de comissões que atuam diretamente ou indiretamente com o fenômeno da evasão; reestruturação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de todos os cursos de graduação da UTFPR até o 2022; atualização dos Relatórios Analí-

ticos de Gestão (RAG); levantamentos qualitativos referentes a permanência dos estudantes (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2019b). Com a resposta é possível aduzir que, mesmo não existindo uma política, a preocupação com a evasão não foi efêmera, mesmo depois do Reuni.

As conclusões apresentadas pela Audin, de forma sumarizada, considerando as ações implementadas e em curso para reduzir os índices de evasão, retenção e o número de vagas ociosas dos cursos de graduação pela PROGRAD, pelas DIRGRADs e pelos coordenadores de cursos, foram: o custo anual de um aluno na UTFPR em 2018 foi de R\$ 18.020,17, sendo imprescindível esforços para mitigar evasão dos cursos de graduação; a UTFPR deve ter políticas institucionalizadas para enfrentar os problemas da evasão, da retenção e do número de concluintes; a PROGRAD age de forma proativa para aumentar a atratividade dos cursos de graduação da UTFPR; e é necessário resgatar as melhores práticas institucionais para a implementação de políticas internas.

Não obstante tudo que foi e está sendo feito, o maior problema identificado na literatura e pelos entrevistados, a falta de condições efetivas para a permanência dos estudantes na instituição, não foi considerada pelas auditorias. A clareza institucional do problema existe, e historicamente vem sendo alocado recursos próprios na assistência estudantil. Mas, as possibilidades-limite da instituição são reduzidas, particularmente depois do Governo Bolsonaro, no qual o orçamento das universidades está sendo sistematicamente diminuído.

Para além das auditorias internas e externas, foram levantados os dados referentes à execução das ações pactuadas pela UTFPR na implantação do Reuni. A média geral obtida no levantamento foi de 3,28. Em termos práticos, o resultado está situado entre realizado parcialmente e realizado quase que integralmente, com maior proximidade de realizado parcialmente.

Das 98 ações pactuadas, seis não foram realizadas, 26 apresentaram alguma atividade realizada, 23 foram realizadas parcialmente, 21 quase que integralmente e 22 integralmente.

Das 98 ações pactuadas, 67 são diretamente relacionadas com a evasão. Destas, a média obtida foi de 3,31, muito próxima da média geral. O resultado foi obtido com uma não realizada, 19 apresentaram alguma atividade realizada, 19 foram realizadas parcialmente, 15 quase que integralmente e 13 integralmente. Deve ser destacado que as ações mais importantes, relacionadas a oferta de novos cursos e a ampliação de vagas foram integralmente concluídas.

Como principais limitações do presente estudo, o procedimento técnico empregado, o estudo de caso, e o foco exclusivo na alta gestão da instituição para o exame do objeto.

CONCLUSÃO

O presente estudo tematizou a evasão no ensino superior. Para a consecução do objetivo estabelecido foi utilizado como *case* a UTFPR. A hipótese de estudo proposta se confirmou nos termos estabelecidos. Na mensuração da variável independente, ações para

redução da evasão, verificou-se que, mesmo parcialmente, ações foram e continuam sendo adotadas para a redução da evasão na UTFPR. Na medida da variável dependente, taxas de evasão, apesar de divergências de cálculos, fato corroborado na literatura, os resultados permaneceram muito distantes da taxa de sucesso de 90% pactuada no Reuni.

Em relação as causas da evasão, foi identificado que as mesmas estão mapeadas na literatura, com destaque para os fatores financeiros, acadêmicos e aspectos psicológicos e individuais. Para além do mapeado na literatura, foi identificado o papel do professor que pode ser positivo ou negativo.

Ficou evidente que a instituição pode fazer muito pouco ou nada em relação aos fatores extrínsecos. Nestes termos, uma taxa de sucesso, como foi proposto no Reuni é inalcançável.

Como principal achado do estudo, a constatação que apenas com condições efetivas para a permanência dos estudantes ocorrerá uma diminuição significativa dos índices de evasão. Nestes termos, a existência de vagas e um sistema de cota para o ensino superior não representa a viabilização do projeto de democratização. A massificação no acesso ao ensino superior público, ocorrida na década de 2000, não trouxe taxas de sucesso sequer equivalentes.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLA, W. B.; SULIANO, D. C. Avaliação dos impactos sociais oriundos da interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 96, n. 243, p. 282-298, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/339512841>. Acesso em: 6 maio 2022.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **Proposta de expansão e modernização do sistema público federal de ensino superior encaminhada ao senhor presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva pela Andifes**. Brasília, DF: Andifes, 2003. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1363027779Proposta_expansao_Lula.pdf. Acesso em: 6 maio 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BORGES, M. C.; AQUINO, O. F. Educação superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do Reuni: avanços e controvérsias. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 22, n. 39, p. 117-138, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/4584>. Acesso em: 6 maio 2022.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Controladoria Regional da União no Estado do Paraná. **Relatório de auditoria anual de contas**: unidade auditada: Universidade Tecnológica Federal do Paraná: exercício 2016. Curitiba: CRU no Estado do Paraná, 2017. Disponível em: <https://auditoria.cgu.gov.br/download/9938.pdf>. Acesso em: 6 maio 2022.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Controladoria Regional da União no Estado do Paraná. **Relatório de avaliação dos resultados da gestão**: unidade auditada: Universidade Tecnológica Federal do Paraná: exercício 2017. Curitiba: CRU no Estado do Paraná, 2018. Disponível em: <https://portal.utfpr.edu.br/transparencia/auditoria/cgu/2017-evasao-no-ensino-superior-ra201701759>. Acesso em: 6 maio 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 79, p. 7, 25 abr. 2007. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=7&data=25/04/2007>. Acesso em: 6 maio 2022.

CARVALHO, C. H. A. de. Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 58, p. 209-244, jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p209-244>. Acesso em: 6 maio 2022.

CONTANDRIOPOULOS, A.-P. *et al.* **Saber preparar uma pesquisa**: definição, estrutura, financiamento. 3. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

CUNHA, L. A. O ensino superior no octênio FHC. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 37-61, abr. 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302003000100003>. Acesso em: 6 maio 2022.

GREGÓRIO, J. R. O papel do Banco Mundial na contra reforma da educação superior no Brasil: uma análise dos documentos que precederam o REUNI. **Revista Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 14, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.10i14.p6852>. Acesso em: 6 maio 2022.

LÉDA, D. B.; MANCEBO, D. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 49-64, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8457>. Acesso em: 6 maio 2022.

LOBO, R.; LOBO, M. B. de C. M. **Esclarecimentos metodológicos sobre os cálculos de evasão**. Mogi das Cruzes: Instituto Lobo, 2012. Disponível em: https://www.institutolobo.org.br/core/uploads/artigos/art_078.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

PINTO, J. M. de R. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002). **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 108-135, set. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008000008>. Acesso em: 6 maio 2022.

SALES, E. C. da S. S. *et al.* O programa de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni): uma análise de seu processo de avaliação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, Sorocaba, v. 24, n. 3, p. 658-679, dez. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772019000300006>. Acesso em: 6 maio 2022.

SEGENREICH, S. C. D.; CASTANHEIRA, A. M. Expansão, privatização e diferenciação da educação superior no Brasil pós-LDBEN/96: evidências e tendências. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 55-86, jan./mar. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362009000100004>. Acesso em: 6 maio 2022.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Auditoria Interna. **Relatório de Auditoria RA201912**: evasão. Curitiba: UTFPR, 2019a. Disponível em: <https://portal.utfpr.edu.br/transparencia/auditoria/interna/relatorios-e-notas-de-auditoria/2019-evasao-ra-201912-alteracao-couni>. Acesso em: 6 maio 2022.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional. **Manifesto PROGRAD – SA nº 201912-01**. Curitiba: UTFPR, 2019b.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional. Comissão de análise dos índices de evasão e retenção nos Cursos de Graduação no Âmbito da UTFPR. **Relatório dos índices de evasão, retenção e conclusão dos Cursos de Graduação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR**. Pato Branco: UTFPR, 2016.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Reitoria. **Portaria nº 873, de 22 de maio de 2014**. Curitiba: Gabinete da Reitoria, 2014. Disponível em: http://www.utfpr.edu.br/documentos/portarias/reitor/2014/portaria-0873_2014-designa-comissao-responsavel-pelos-indices-de-evasao-e-retencao-nos-cursos-de-graduacao.pdf/view. Acesso em: 6 maio 2022.